

- De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Nos itens que avaliam conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português; o *mouse* está configurado para pessoas destros; expressões como **clique**, **clique simples** e **clique duplo** referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; **teclar** corresponde à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

PROVA OBJETIVA P₁ — CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 O Tribunal de Contas da União (TCU) recomendou
 ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
 4 (MPOG) a criação de um sistema informatizado para
 monitorar despesas com os cartões corporativos do governo
 federal. Auditoria constatou que, a partir de 2004, os saques
 aumentaram, chegando a R\$ 46 milhões em 2007, e precisam
 7 ser mais bem acompanhados. O TCU também propôs ao
 MPOG a revisão do decreto que regulamenta o uso dos
 cartões para que os saques sejam feitos somente quando não
 10 for possível o pagamento por fatura.

Internet: <tcu.gov.br> (com adaptações).

Julgue os itens a seguir, a respeito das ideias e de elementos linguísticos do texto acima.

- 1 A ideia central desse texto está corretamente resumida na seguinte frase: MPOG adota sistema informatizado para controlar gastos com cartões corporativos no âmbito do governo federal e reduzir despesas.
- 2 Respeita-se a correção gramatical substituindo-se “mais bem acompanhados” (ℓ.7) por **melhores acompanhados**.
- 3 Sem prejuízo da organização e do encadeamento das ideias do texto, o último período poderia ser assim iniciado: Seguindo a mesma linha de procedimento, o TCU (...).
- 4 Sem prejuízo da correção gramatical e do sentido original do texto, o segundo período admite a seguinte reescritura: Auditoria constatou, a partir de 2004, aumento nos saques, e chegou a R\$ 46 milhões em 2007, precisando ser mais bem acompanhados.
- 5 Nas orações “O Tribunal de Contas da União (TCU) recomendou ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) a criação de um sistema informatizado” (ℓ.1-3) e “O TCU também propôs ao MPOG a revisão do decreto” (ℓ.7-8), os verbos empregados têm idêntica regência.

Nos itens de 6 a 9, são apresentados trechos de um acórdão do TCU transcritos com modificações. Julgue-os com relação à correção gramatical, no que se refere à pontuação, ao sinal indicativo de crase, à concordância e à regência.

- 6 O Plenário do TCU, ao examinar representação sobre desvio de valores destacou a evolução da jurisprudência do TCU no trato das questões que envolve as entidades do Sistema S.
- 7 Além da observância aos objetivos sociais da entidade, em função da autonomia concedida a tais organizações pelo regime jurídico de que estão submetidas, exigem-se dos administradores respeito aos princípios norteadores do interesse público.

8 Em relação a culpa do servidor que ocupa cargo de chefia, manifestou-se o Plenário de que na responsabilidade desse servidor há que restar configurado efetivamente sua atuação culposa.

9 Entretanto, podem os servidores ser responsabilizados por omissão em suas responsabilidades gerenciais e de fiscalização, uma vez que constitui dever de servidores públicos que ocupem cargos de chefia, responsáveis por valores públicos e por demais servidores subordinados, atuar de forma diligente no exercício de suas atribuições.

1 O presidente do TCU, ministro Walton Alencar Rodrigues, encaminhou ao Congresso Nacional o Relatório de Atividades referente a 2007. O documento apresenta os principais resultados da atuação do TCU, tanto na área administrativa quanto na área do controle das entidades públicas. Em 2007, os benefícios diretos ao Tesouro Nacional e aos cidadãos, decorrentes da atuação do tribunal, superaram R\$ 5,5 bilhões. “Isso significa que, para cada real gasto com o custeio do TCU, a União economizou cinco e meio”, disse ele. Walton Alencar Rodrigues destacou, também, a atuação prévia do TCU, por meio da adoção de medidas cautelares, com o objetivo de evitar grave lesão ao erário, ou a direito alheio, que envolveu a cifra de R\$ 7,9 bilhões. “Só isso demonstra os méritos dessa visão pró-ativa adotada pelo TCU em relação à despesa pública, no sentido de evitar a concretização dos danos”, explicou o presidente.

Informativo TCU, mar.-abr./2008, ano 10, n.º 390.
 Internet: <portal2.tcu.gov.br> (com adaptações).

Julgue os itens que se seguem, acerca de elementos do texto acima e da forma de correspondência oficial que ele enseja.

- 10 Esse texto caracteriza-se como predominantemente informativo.
- 11 Sem prejuízo das ideias do texto, seria correto substituir o trecho “decorrentes da atuação do tribunal, superaram R\$ 5,5 bilhões” (ℓ.7-8) pelo seguinte, de sentido equivalente: advindos do desempenho do TCU, ultrapassaram 5 bilhões e 500 milhões de reais.
- 12 Para se encaminhar o “Relatório de Atividades” (ℓ.2-3) ao Congresso Nacional, o tipo de correspondência oficial que se recomenda é o ofício.
- 13 O pronome de tratamento empregado no segmento **Encaminhamento a Vossa Excelência o Relatório de Atividades referente a 2007** atenderia às normas de redação oficial para um expediente dirigido ao presidente do Senado Federal.

O rateio do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) não potencializa a sua capacidade de redistribuição de renda, beneficiando indistintamente os municípios pequenos, sejam eles pobres ou ricos. A conclusão é de uma auditoria realizada pelo TCU. O estudo mostra que cidades do Nordeste com população de 25 mil habitantes e com índices de desenvolvimento humano (IDHs) próximos a 0,5 (semelhantes aos do Camboja e do Paquistão) recebem R\$ 300 *per capita*, enquanto, no Sul, municípios de 2 mil habitantes, com IDHs superiores a 0,8 (considerados altos), recebem R\$ 1,6 mil *per capita*, ou seja, cinco vezes mais.

Correio Braziliense, 15/6/2009, p. 2 (com adaptações).

Julgue os itens subsequentes, relativos à estrutura e às ideias do texto acima.

- 14 O texto inicia-se com uma conclusão e prossegue com a exposição de dados que suportam tal conclusão.
- 15 Depreende-se do texto que o governo tem sido injusto com os municípios mais pobres, pois os municípios do Sul recebem até cinco vezes mais verba do FPM que os do Nordeste.

As sindicâncias já instaladas no Senado incluem a que investiga as empresas que intermediavam empréstimos consignados para servidores e as auditorias do TCU sobre os contratos e a folha de pagamento da instituição. As cobranças da sociedade por mais transparência aumentam a pressão para que sejam divulgados todos os gastos da Casa.

O Globo, 28/6/2009, p. 8 (com adaptações).

As irregularidades que levam o TCU a retardar o início de obras costumam estar associadas a manobras que fazem os preços e os serviços, reais ou falsos, subir aos céus. Obras são interrompidas quando as fiscalizações surpreendem alterações de projeto, materiais fora da especificação ou descumprimento de cláusulas contratuais. Por fim, os casos que comportam as medidas extremas do tribunal estão previstos, com clareza, na legislação.

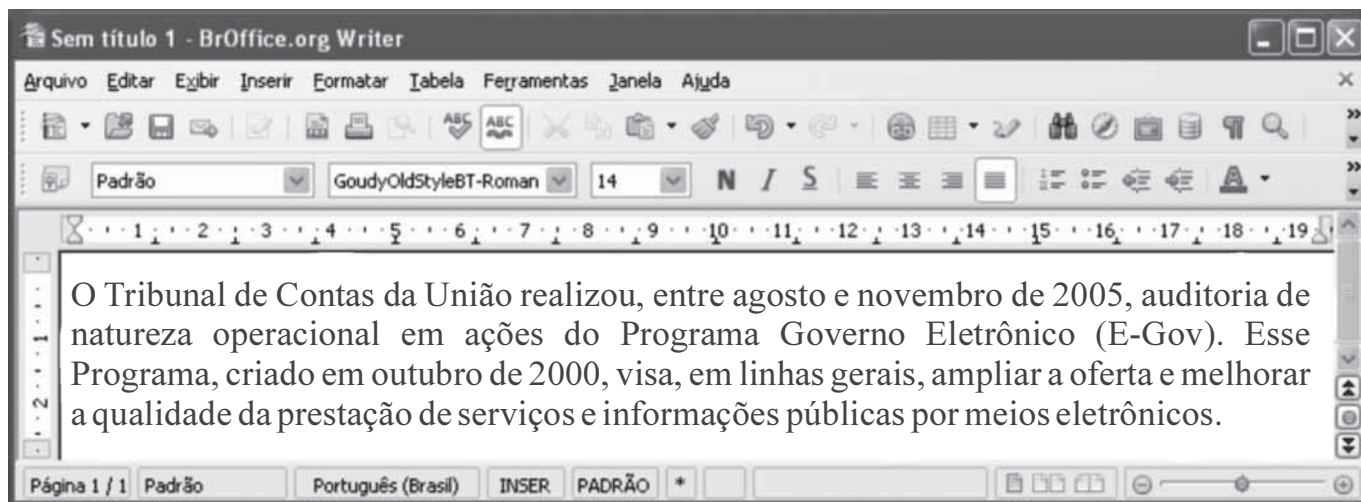
Jânio de Freitas. *In: Folha de S. Paulo*, 28/6/2009, p. A11 (com adaptações).

Tendo os textos acima como referências iniciais e considerando o campo de atuação do TCU no Brasil dos dias atuais, julgue os itens de 16 a 20.

- 16 As auditorias mencionadas no primeiro texto inscrevem-se entre as competências do TCU, fixadas constitucionalmente, entre as quais está a de realizar, por iniciativa própria ou não, inspeções e auditorias de naturezas contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.
- 17 Mencionada no texto, a questão dos empréstimos consignados adquire maior relevância, porque corresponde a uma atividade realizada sem amparo legal e à revelia do próprio Sistema Financeiro Nacional.
- 18 As auditorias que o TCU realiza no Senado Federal, conforme mencionado no primeiro texto, tornam-se necessárias porque, diferentemente do que ocorre com o Poder Executivo e em observância ao preceito constitucional da independência dos poderes, inexistem sistemas de controle interno no âmbito dos Poderes Legislativo e Judiciário.
- 19 Além dos aspectos indicados no segundo texto, entre outras irregularidades que podem levar o TCU a sugerir a interrupção ou o retardamento do início de obras financiadas com recursos públicos, está a prática do superfaturamento, ou seja, o acerto que faz o serviço contratado custar ao erário valor superior ao de mercado.
- 20 Infere-se do segundo texto que a ação regular do TCU vê-se prejudicada pela ausência de regulamentação de muitos dispositivos da Constituição Federal de 1988 (CF), problema que se expressa na falta de amparo legal para o exercício das atividades inerentes ao controle externo.

Com relação a conceitos de informática e características de sistemas operacionais, julgue os itens a seguir.

- 21 O *firewall* do Windows XP restringe as informações que chegam ao computador no qual ele está instalado vindas de outros computadores, o que permite maior controle sobre os dados e oferece proteção contra pessoas ou programas que tentem conectar o computador sem permissão.
- 22 O Linux é pouco vulnerável a vírus de computador devido à separação de privilégios entre processos, desde que sejam respeitadas as recomendações padrão de política de segurança e uso de contas privilegiadas.



Considerando a figura acima, que mostra uma janela do *software* BrOffice 3.0 com um documento em processo de edição, julgue os itens seguintes.

- 23 O texto contido no documento pode ser copiado para um *slide* do PowerPoint 2007, utilizando-se o recurso Exportar do menu **Arquivo** e selecionando-se o formato do tipo ppt.
- 24 Para se criar um recuo à esquerda e outro à direita do trecho de texto mostrado, é suficiente selecionar esse trecho, clicar a opção Parágrafo do menu **Formatar**, clicar a guia Recuos e espaçamento, digitar os valores solicitados e clicar OK.

	A	B
1	Processo	Valor
2	232/2005	R\$ 3.452.089,00
3	532/2006	R\$ 134.254,00
4	632/2007	R\$ 5.678.234,00
5	871/2008	R\$ 23.412,00
6	872/2009	R\$ 2.345.123,00
7	Total	
8	Média	

Com referência à figura acima, que mostra parte de uma janela do *software* Excel 2007, contendo uma planilha em processo de edição, julgue os itens que seguem.

- 25 Para se formatar as células da planilha que contêm valores inferiores a R\$ 1.000.000,00 com a cor verde, pode-se utilizar o recurso Formatação condicional do menu **Formatar**.
- 26 O total e a média dos valores mostrados na coluna B podem ser calculados a partir das fórmulas =Soma(B2:B6) e =Média (B2:B6), respectivamente.

Acerca de conceitos e tecnologias relacionados à Internet, julgue os itens subsequentes.

- 27 A Internet é controlada no Brasil pela ANATEL, órgão governamental regulamentador de telecomunicação no país.
- 28 *Intranet* e *extranet* são redes de computadores em que se utiliza a tecnologia da Internet para o fornecimento de serviços.

Acerca dos fundamentos, objetivos e princípios da CF, julgue o item seguinte.

- 29 Apesar de a CF estabelecer que todo o poder emana do povo, não há previsão, no texto constitucional, de seu exercício diretamente pelo povo, mas por meio de representantes eleitos.

No tocante aos direitos e às garantias fundamentais previstos na CF, julgue os itens a seguir.

- 30 Somente por decisão judicial transitada em julgado as associações podem ser compulsoriamente dissolvidas.
- 31 A contribuição sindical definida em lei é obrigatória, mesmo para os profissionais liberais que não sejam filiados a sindicato.
- 32 Admite-se a quebra do sigilo das comunicações telefônicas, por decisão judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer, para fins de investigação criminal ou administrativa.

No que se refere à administração pública e aos servidores públicos, julgue os itens que se seguem.

- 33 A CF exclui, para efeito de teto salarial do funcionalismo, as parcelas de caráter indenizatório previstas em lei.
- 34 Após a aquisição da estabilidade, o servidor público não pode perder o cargo mediante procedimento de avaliação periódica.

A respeito das finanças públicas e do orçamento público, julgue os itens subsequentes.

- 35 Veda-se ao Banco Central conceder, direta ou indiretamente, empréstimos ao Tesouro Nacional e a qualquer órgão ou entidade que não seja instituição financeira.
- 36 Admite-se a utilização, mediante autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos.
- 37 A lei orçamentária anual não deve conter dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação de despesa, admitindo-se, contudo, preceito relativo à autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

Julgue os próximos itens, relativos à atuação do TCU.

- 38** A CF conferiu ao TCU a competência para julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, porém não atribuiu a esse tribunal competência para aplicar sanções aos responsáveis quando constatada a ocorrência de ilegalidade de despesa ou de irregularidade de contas, por se tratar de competência exclusiva do Congresso Nacional.
- 39** Apesar de ser órgão que auxilia o Poder Legislativo no controle externo, o TCU pode realizar, por iniciativa própria, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.
- 40** No exercício de suas competências constitucionais, o TCU deve observar, em todo e qualquer procedimento, o princípio constitucional do contraditório e da ampla defesa.

Com relação à natureza, competência e jurisdição do TCU, julgue os seguintes itens.

- 41** As funções exercidas pelo TCU situam-se no âmbito do controle externo, como um dos aspectos da fiscalização da administração pública, prerrogativa constitucional do Poder Legislativo.
- 42** A função corretiva exercida pelo controle externo manifesta-se por meio de atos tais como a sustação imediata de contratos considerados irregulares, que deve ser comunicada ao Congresso Nacional, para que este determine as medidas cabíveis.

Acerca da organização e do funcionamento do TCU, julgue os itens a seguir.

- 43** Do terço dos ministros do TCU cuja escolha incumbe ao presidente da República, apenas um é de sua livre escolha, pois os demais são indicados entre os auditores e os membros do Ministério Público junto ao tribunal.
- 44** O TCU, ainda que na qualidade de órgão auxiliar do Congresso Nacional, dispõe de uma Secretaria de Controle Interno, que, entre outras competências, está incumbida de apoiar o controle externo e, até, representar ao presidente do tribunal em caso de ilegalidade ou irregularidade constatada.

Com relação aos tipos de fiscalização exercidos pelo TCU, julgue os itens subsequentes.

- 45** Ratificando disposições dos anos anteriores, a lei de diretrizes orçamentárias de 2009 prevê a suspensão de obras e serviços com indícios de irregularidades graves, que devem ser apontados em informação prestada pelo TCU. Esses indícios são caracterizados por situações que constituam graves desvios em relação a princípios tais como a publicidade e a eficiência, aplicáveis à administração pública.
- 46** Quando a União repassa recursos aos demais entes da Federação mediante convênios ou instrumentos congêneres, o TCU examina as prestações de contas dos órgãos ou das entidades repassadores, mas não pode examinar as contas de entes beneficiários dos recursos relativos àquelas transferências em obediência ao princípio da autonomia federativa.

A respeito das deliberações e dos recursos no âmbito do TCU, julgue os itens que se seguem.

- 47** Os responsáveis cujas contas sejam julgadas irregulares, ainda que estejam sob apreciação do TCU, integrarão uma relação que será encaminhada à justiça eleitoral e estarão impedidos de candidatar-se ou tomar posse até a decisão do tribunal em instância final.
- 48** Caberá embargo de declaração à decisão proferida em processo de prestação de contas em que o responsável se julgar prejudicado em virtude de terem sido suas contas julgadas irregulares, diferentemente das de seus antecessores, em circunstâncias semelhantes.

Quanto ao processo em geral, julgue os próximos itens.

- 49** Na hipótese de as contas serem julgadas irregulares por dano ao erário decorrente de ato de gestão antieconômica, o TCU deverá condenar o responsável ao pagamento do valor atribuído ao dano injustificado, atualizado e acrescido de juros.
- 50** O relator pode determinar o arquivamento dos processos cujas contas sejam consideradas ilíquidáveis, isto é, nos casos em que o julgamento do mérito for materialmente impossível por motivos alheios à vontade do responsável.

PROVA OBJETIVA P₂ — CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Com base na jurisprudência majoritária atual do STF e na CF, julgue os itens a seguir, acerca da administração pública direta e indireta.

- 51** As sociedades de economia mista que exploram atividade econômica não se submetem à exigência constitucional do concurso público e, quanto às obrigações trabalhistas, sujeitam-se ao regime próprio das empresas privadas.
- 52** A autarquia, por possuir autonomia administrativa, econômica e financeira, além de personalidade jurídica própria, possui capacidade processual própria para ser parte em processos judiciais.
- 53** A regra constitucional do teto remuneratório se aplica às empresas públicas federais e suas subsidiárias, mesmo na hipótese de não receberem recursos da União para pagamento de despesas de pessoal.
- 54** De acordo com o TCU, entidade paraestatal é aquela que se qualifica administrativamente para prestar serviços de utilidade pública, de forma complementar ao Estado, mediante o repasse de verba pública, motivo pelo qual é sempre obrigatória, nessa espécie de entidade, a realização de licitação e concurso público para contratação.

Com relação aos atos administrativos, julgue os itens seguintes.

- 55** De acordo com a teoria dos motivos determinantes, o agente que pratica um ato discricionário, embora não havendo obrigatoriedade, opta por indicar os fatos e fundamentos jurídicos da sua realização, passando estes a integrá-lo e a vincular, obrigatoriamente, a administração, aos motivos ali expostos.
- 56** Não é possível o controle de legalidade exercido pelo Poder Judiciário na hipótese de remoção de servidor público de ofício, mas com características de perseguição política, em razão de a motivação atender ao interesse da administração.
- 57** A doutrina majoritária afirma ser a presunção de legitimidade, atributo dos atos administrativos, privilégio típico de um Estado autoritário, por ser absoluta e não admitir prova em contrário.
- 58** Conforme jurisprudência recente do STF e do Superior Tribunal de Justiça, a aposentadoria é um ato complexo que se aperfeiçoa com o registro no TCU.

Acerca da Lei n.º 9.784/1999 — marco legal referente ao processo administrativo — e de aspectos relacionados a esse tema, julgue os itens de **59** a **62**.

- 59** A lei em apreço regulamenta o processo administrativo no âmbito da União, dos estados e dos municípios, visando, entre outros aspectos, à proteção dos direitos dos administrados e ao melhor cumprimento dos fins da administração.
- 60** A competência é irrenunciável e se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria. Como exceção, pode ser objeto de delegação a decisão a ser proferida em recursos administrativos.

61 Segundo jurisprudência recente do STF, é inconstitucional a exigência de depósito prévio da multa aplicada pela administração pública como condição de admissibilidade do recurso na esfera administrativa.

62 Considere a seguinte situação hipotética.

A administração pública concedeu ascensão funcional a servidor público federal em janeiro de 2002. Em dezembro de 2008, o TCU determinou a anulação do ato administrativo, sem garantir ao referido servidor o contraditório e a ampla defesa.

Nessa situação, o STF entende que o ato do TCU não é passível de nulidade, pois o ato concessivo somente produziria efeitos a partir do exame pelo referido órgão de controle.

Com referência aos ditames trazidos pela Lei n.º 8.666/1993, de observância obrigatória pela administração pública, julgue os próximos itens.

63 Se determinado estado da Federação, em processo de licitação para aquisição de um produto encontrado em todo o território nacional, inserir no instrumento convocatório cláusula estabelecendo preferência por contratar empresas sediadas no próprio estado, a fim de fomentar o desenvolvimento econômico local, a referida cláusula ofenderá o disposto na lei, especialmente o princípio da isonomia.

64 O processo de licitação será iniciado, obrigatoriamente, mediante a realização de audiência pública pela autoridade responsável, sempre que o valor estimado para a contratação for superior a 1,5 milhão de reais, a fim de ampliar o acesso a todos os interessados.

65 Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da lei em apreço, assim como para representar ao tribunal de contas responsável pela fiscalização dos recursos.

66 Se, na comemoração do centenário de determinada instituição da administração pública federal, o responsável pela instituição e pela celebração da data promover a contratação direta, com dispensa de licitação, de serviços, justificando a situação emergencial, tal contratação afrontará a lei em exame, pois a situação descrita não é passível de contratação emergencial sem licitação.

Com relação aos contratos administrativos celebrados pela administração pública e à Lei de Licitações, julgue os itens subsequentes.

- 67** É possível a celebração de contratos pela administração pública em posição de igualdade com o particular contratante, sendo estes considerados como contratos administrativos atípicos; além disso, é facultativa a sua formalização, desde que possam ser substituídos por outros instrumentos hábeis de comprovação.
- 68** É possível a alteração unilateral pela administração pública do contrato administrativo celebrado na hipótese de reforma de edifício, até o limite de 50% do valor inicial atualizado do contrato, para os seus acréscimos.
- 69** Como exemplo de prerrogativa ou poder exorbitante da administração pública, esta poderá alterar as cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos administrativos, mesmo sem a prévia concordância do contratado.
- 70** Se, comprovada a efetiva atuação de servidor público para favorecer determinada empresa, o órgão da administração pública decidir por anular o contrato administrativo já celebrado, a declaração de nulidade terá efeitos *ex tunc* e desobrigará a administração de indenizar a empresa contratada pelos serviços efetivamente prestados.

Em conformidade com a Lei de Licitações, julgue os itens a seguir.

- 71** Todas as hipóteses enquadradas pela legislação como de licitação dispensada estão relacionadas à alienação de bens, móveis ou imóveis, condicionadas à existência do interesse público e precedidas, obrigatoriamente, de prévia avaliação.
- 72** Para a contratação de compras governamentais e serviços que não sejam de engenharia, com valor estimado de contrato de seiscentos e quarenta mil reais, o estatuto das licitações indica a modalidade de tomada de preços, mas é admitida, em qualquer caso, a concorrência.
- 73** Será dispensável a licitação quando a União tiver de intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
- 74** É dispensável a licitação para celebrar contrato de prestação de serviços com as organizações sociais, qualificadas no âmbito das respectivas esferas de governo, para atividades contempladas no contrato de gestão.
- 75** Segundo o TCU, é possível ocorrer a licitação deserta mesmo na hipótese de esta ter sido realizada na modalidade de convite, ensejando a legitimação da contratação direta, independentemente de qualquer justificativa.

Acerca dos agentes públicos e da Lei n.º 8.112/1990, julgue os itens de **76** a **80**.

- 76** Enquanto a função de confiança deve ser exercida exclusivamente por servidor público efetivo, o cargo em comissão pode ser ocupado também por agente público não concursado, desde que destinado apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

- 77** Considere a seguinte situação hipotética.
Determinado ente federativo, sob o argumento de modernizar a gestão administrativa e reestruturar o quadro de pessoal, editou lei regulamentando a realização de concurso interno e ascensão funcional em determinada carreira típica do Estado, no qual pessoas anteriormente admitidas, mediante concurso público, para cargos de nível médio poderão ascender às carreiras de nível superior, atendidos certos requisitos próprios.
Nessa situação, conforme a jurisprudência majoritária do STF, a conduta do referido ente encontra suporte na CF, já que não violou a exigência do concurso público.
- 78** Em conformidade com a jurisprudência do STF, a simples aprovação em concurso público, ainda que fora do número de vagas, gera, para o habilitado, direito adquirido à nomeação.
- 79** A posse em cargo público, que poderá ser realizada mediante procuração específica, terá de ocorrer no prazo de trinta dias contados da publicação do ato de provimento, enquanto o prazo para o servidor entrar em exercício será de quinze dias, contados da referida posse.
- 80** A abertura de sindicância ou a instauração de processo disciplinar interrompe o prazo prescricional, até a decisão final proferida por autoridade competente.

Com base em conceitos e na legislação pertinente a programação, execução e controle de recursos orçamentários e financeiros, julgue os itens a seguir.

- 81** Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias destinadas ao pagamento de pessoal e encargos sociais do TCU serão entregues em duodécimos de igual valor, até o dia 20 de cada mês.
- 82** Constatando-se, após a aprovação e publicação do orçamento, a impossibilidade de arrecadação da receita prevista no exercício, a alternativa de que dispõe o governo para cumprir a programação aprovada é a obtenção de empréstimos a título de antecipação da receita orçamentária.

Com relação aos estágios da despesa e à guia de recolhimento da União (GRU), julgue os seguintes itens.

- 83** Na assinatura de um contrato de seguro para cobertura de riscos que poderão afetar o patrimônio de um ente público no exercício subsequente, o empenho, a liquidação e o pagamento ocorrem antes do fato gerador na ótica do regime de competência, de acordo com a doutrina e a legislação contábeis.
- 84** Além do documento de arrecadação de receitas federais (DARF) e da guia da previdência social (GPS), os ingressos de valores na conta única da União são efetuados por meio da GRU, utilizada, por exemplo, para pagamento de inscrições em concursos públicos.

Com base na legislação e nas práticas atinentes a suprimento de fundos, restos a pagar, despesas de exercícios anteriores e rol de responsáveis, julgue os itens que se seguem.

- 85** De acordo com a legislação federal, a inscrição de despesas em restos a pagar é válida até o encerramento do exercício financeiro seguinte, mas, nos termos da legislação civil, os direitos dos respectivos credores só prescrevem cinco anos depois.
- 86** O atendimento de despesas de exercícios anteriores poderá ser feito mediante a reabertura de créditos adicionais, desde que aprovados nos quatro últimos meses do exercício antecedente.
- 87** Serão arrolados como responsáveis nos processos de contas os titulares e seus substitutos durante a gestão de que tratam as contas, mas, nos casos de delegação de competência, a responsabilidade se transfere exclusivamente à autoridade delegada.

A respeito da retenção e do recolhimento de tributos incidentes sobre bens e serviços, julgue os itens subsequentes.

- 88** A retenção da contribuição para o PIS/PASEP incidente sobre receitas governamentais é devida sobre transferências correntes, não se aplicando às transferências de capital.
- 89** Os rendimentos auferidos por pessoas físicas prestadoras de serviços à administração, sujeitos à tributação na fonte mediante aplicação de tabela progressiva, sofrem a retenção com base no regime de caixa.

No que diz respeito ao Sistema de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e ao seu subsistema Contas a Pagar e a Receber (CPR), julgue os próximos itens.

- 90** O subsistema CPR do SIAFI permite cadastrar documentos referentes aos valores a receber e a pagar, visando à elaboração do fluxo de caixa e, por conseguinte, da programação financeira.
- 91** O SIAFI abrange a emissão das demonstrações contábeis mensais e anuais; entretanto, como permite, a qualquer momento, apurar os saldos orçamentários e financeiros, possibilita, também a qualquer tempo, o levantamento daquelas demonstrações.

Com base na Lei n.º 4.320/1964 e nos conceitos e aplicações dela decorrentes, julgue os itens de **92** a **96**.

- 92** A referida lei determinou que o planejamento contábil deve permitir a apuração dos custos dos serviços industriais, o que foi definitivamente implementado a partir da adoção do Plano de Contas Único no âmbito da administração federal.
- 93** A contabilidade pública se apoia tradicionalmente em quatro sistemas de contas que constituem a referência para registro, controle e análise dos eventos relacionados à administração pública: patrimonial, de resultados, orçamentário-financeiro e de compensação.

94 De acordo com as características do regime contábil adotado no Brasil, a receita lançada e não arrecadada será apropriada no exercício de seu recebimento, exceto se inscrita em dívida ativa, hipótese em que o resultado econômico será imediatamente afetado.

95 A lei em questão distinguiu as aplicações em imóveis ora como investimentos ora como inversões financeiras. Daí a diferença entre a construção e a simples aquisição para uso de imóveis já concluídos e em utilização. No primeiro caso, gera-se um incremento no PIB; no segundo, mera transferência da propriedade de bens já produzidos.

96 Considerando os saldos orçamentários de determinado ente, em milhões de reais, ao final do exercício, apresentados na tabela a seguir, é correto concluir que o superávit do orçamento corrente foi de R\$ 205 milhões.

receitas		despesas	
receitas tributárias	350	pessoal e encargos	75
novos empréstimos	120	outros custeios	70
rolagem da dívida	60	juros	65
		investimentos	130
		amortizações	180
total	530	total	520

Com fundamento na Lei de Responsabilidade Fiscal e em seus desdobramentos, julgue os itens seguintes.

97 Entre as chamadas transferências legais, incluem-se aquelas realizadas fundo a fundo, destinadas à educação, que se caracterizam pela descentralização de recursos mediante convênios.

98 Se um município, ao final do primeiro quadrimestre de 2009, tiver ultrapassado o limite da sua dívida consolidada em R\$ 600 milhões, isso significará que, até o final de agosto, ele deverá reduzi-la em R\$ 200 milhões, sob pena de ficar impedido de receber transferências voluntárias a partir de setembro.

99 Considerando que o Poder Executivo tenha determinado, em ato normativo, a realização de um programa iniciando-se em 2009 e com conclusão prevista para 2011, implicando despesas de custeio ao longo de todo o período, e mesmo considerando que haja disponibilidade de recursos na fonte indicada, ainda assim o parecer do órgão técnico deverá ser contrário à implementação imediata do referido programa, pois este dependerá de prévia inclusão no plano plurianual ou de lei que autorize sua inclusão.

100 Se o aumento acentuado e inesperado do número de matrículas na rede pública de ensino obrigar a administração a efetuar a contratação de novos professores mediante terceirização, as despesas daí decorrentes terão de ser enquadradas entre as despesas de pessoal e computadas para efeito de cálculo do respectivo limite.

PROVA DISCURSIVA P₃

- Nesta prova, faça o que se pede, usando o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para o **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS DAS PROVAS DISCURSIVAS P₃ e P₄**, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado. Será também desconsiderado o texto que não for escrito no espaço correspondente do **caderno de textos definitivos**.
- No **caderno de textos definitivos**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

QUESTÃO

Considerando as disposições constantes da Constituição Federal, responda, de forma fundamentada, se, no exercício do controle externo, o Tribunal de Contas da União tem competência para sustar contratos administrativos, quando constatadas irregularidades, e para apreciar a legalidade do ato administrativo de concessão de aposentadoria de servidores da administração pública federal direta e indireta.

RASCUNHO – PROVA DISCURSIVA P₃ – QUESTÃO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	

PROVA DISCURSIVA P₄

- Nesta prova, faça o que se pede, usando os espaços para rascunho indicados no presente caderno. Em seguida, transcreva os textos para o **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS DAS PROVAS DISCURSIVAS P₃ e P₄**, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado. Será também desconsiderado o texto que não for escrito no(s) espaço(s) correspondente(s) do **caderno de textos definitivos**.
- No **caderno de textos definitivos**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

QUESTÃO

Nos últimos anos, tem havido uma proliferação de medidas provisórias para a abertura de créditos extraordinários, o que gerou críticas de diferentes setores, inclusive do Tribunal de Contas da União. A propósito, o Supremo Tribunal Federal chegou a conceder medida liminar em ação declaratória de inconstitucionalidade contra a abertura de um desses créditos, que estariam disfarçando créditos suplementares ou especiais.

Considerando o texto acima, redija um texto dissertativo que responda, necessariamente, aos seguintes questionamentos:

- ▶ a profusão da abertura dos citados créditos é sintoma de que características de atuação por parte do Poder Executivo?
- ▶ por que motivos créditos suplementares ou especiais estariam disfarçados de créditos extraordinários?
- ▶ que consequências a situação de que trata o texto provoca em termos de recomposição orçamentária?

RASCUNHO – PROVA DISCURSIVA P₄ – QUESTÃO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	

PEÇA TÉCNICA

Considerando que um órgão do governo federal no Distrito Federal decida realizar uma obra que, em função das características paisagísticas e arquitetônicas de Brasília, se entenda que só poderia ser contratada com determinado profissional, sob a justificativa de notória especialização, responda, de modo fundamentado, aos seguintes questionamentos:

- ▶ que pode fazer o TCU se entender que há alguma ilegalidade ou que a decisão do órgão do governo federal não é conveniente ou oportuna?
- ▶ o que caracteriza a notória especialização como justificativa para a inexigibilidade de licitação?

RASCUNHO – PROVA DISCURSIVA P₄ – PEÇA TÉCNICA

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	